

RESENHA **Mike Davis.**
Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo.
Rio de Janeiro: Record, 2002

HENRIQUE CARNEIRO

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Qual a origem das desigualdades globais? Por que, no curso dos dois últimos séculos, a Europa, o Japão e os Estados Unidos tornaram-se ricos e poderosos e a África, América Latina e Ásia acabaram pobres e sem poderio político? Mike Davis, professor de Teoria Urbana no Instituto de Arquitetura do Sul da Califórnia, que já teve traduzida no Brasil uma outra obra sua¹ sobre a formação urbana de Los Angeles, mostra em seu novo livro, *Holocaustos coloniais*, a articulação necessária e complementar entre a miséria colonial e a pujança dos impérios ocidentais, especialmente o Império britânico decadente, na época vitoriana.

A miséria mais concreta, medida nos números astronômicos dos milhões de mortos, é a impressão mais bruta e direta provocada pela leitura deste livro, que desvela fatos de uma “história secreta” cujas proporções nunca foram tão bem sublinhadas. Para Davis, poucos historiadores conseguiram perceber que o final do século XIX trouxe uma “radical divisão de águas na história da humanidade”. Uma das exceções foi Karl Polanyi que, em 1944, já identificava que “a verdadeira origem das fomes nos últimos cinquenta anos foi a livre comercialização de grãos, combinada com a falta de rendimentos locais” (p. 19).

As secas mais destrutivas que o mundo já conhecera resultaram não apenas da coincidência dos ciclos meteorológicos com os ciclos da depressão econômica, especialmente a partir da crise de 1873, mas, sobretudo, da política econômica imperial que dominou as economias coloniais com novos e refinados mecanismos de exploração. As ondas de mortes pela fome ocorridas em três grandes picos (1876-1879; 1889-1891; 1896-1902) representam um dos mais terríveis processos de genocídio da história contemporânea, e suas conexões com os processos econômicos internacionais mostram a outra faceta da época áurea da ascensão capitalista, apresentada como uma

¹ *Cidade de Quartzos*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

era de indústria, progresso e expansão civilizatória. A acumulação de capital no centro do sistema se deu, mais uma vez, com uma imensa extração de renda da periferia, cujo custo foi algo em torno de ao menos 50 milhões de mortos de fome, especialmente na China e na Índia.

Não foram os ciclos climáticos, bode expiatório dos economistas (para Jevons haveria conexão até entre os ciclos econômicos e as manchas solares) para as épocas de más colheitas, mas exatamente as políticas econômicas adotadas pelo governo inglês na Índia que provocaram a catástrofe social. Três aspectos da nova relação entre a periferia colonial e o centro europeu do sistema foram decisivos para os terríveis resultados ocorridos: a incorporação forçada da produção de pequenos proprietários de terra nos circuitos financeiros e de mercadorias controlados do exterior; a queda nos preços mundiais dos produtos da agricultura tropical; e a confiscação pelo imperialismo da autonomia fiscal local, que impediu a manutenção de políticas tradicionais de proteção aos camponeses em épocas de seca, especialmente com o colapso dos sistemas de abastecimento de água e irrigação.

O advento das fomes provocou aumento de preços agrícolas que levaram os comerciantes indianos a escoarem a produção das áreas mais afetadas, onde inexistia poder de compra, para estocar nas cidades ou até mesmo exportar. “Entre 1875 e 1900, anos que incluíram as piores fomes da história indiana, as exportações anuais de grãos aumentaram de 3 milhões para 10 milhões de toneladas. (...) Por volta da virada do século, a Índia fornecia quase um quinto do consumo de trigo da Grã-Bretanha” (p. 309). A rede ferroviária facilitou a velocidade do desabastecimento praticado pelos proprietários de grãos. A inexistência de uma assistência pública aos famintos, que antes sempre existira nos governos do “despotismo oriental” anteriores à administração inglesa, deliberadamente imposta em base aos mais puros princípios liberais de não-intervenção do Estado nem para tabelar preços, impedir operações de desabastecimento ou para alimentar ou empregar os atingidos, levou aos mais graves episódios de fome em séculos na Índia e na China. A administração inglesa não deixou, no entanto, de aumentar a extorsão fiscal, inclusive do odioso imposto do sal, nem a aquisição de terras a preço vil. Antes da dominação britânica, o sistema chinês da dinastia Ching de socorro aos camponeses garantia os silos de emergência para as crises de abastecimento. Como escreve Davis, “na Idade da Razão da Europa, as massas que morriam de fome eram francesas, irlandesas e calabresas, não chinesas. (...) Nenhuma sociedade européia contemporânea garantia a subsistência como um direito humano dos camponeses” (p. 291).

As diferenças de renda entre as grandes civilizações do século XVIII eram pequenas e “é muito provável que o padrão de vida médio na Europa fosse um tanto inferior ao do resto do mundo (...) os trabalhadores no sul indiano tinham ganhos superiores aos seus

equivalentes britânicos (...) mesmo os trabalhadores agrícolas párias em Madras ganhavam mais em termos reais do que os trabalhadores rurais ingleses” (p. 302).

As causas do desequilíbrio na agricultura indiana vinham do início do século XIX, quando a Revolução Industrial na Inglaterra necessitou ampliar seus mercados consumidores de tecidos de lã e de algodão. A Índia era o maior produtor têxtil do planeta no início do século XIX e de um quarto dos produtos manufaturados do mundo. A submissão aos produtos das manufaturas inglesas desarticulou a incipiente indústria indiana e a integração da produção agrícola indiana ao mercado mundial levou à especialização agro-exportadora do chá, do anil, do algodão, tornando-a mais vulnerável aos desastres naturais e às flutuações de preços dos mercados internacionais.

Mike Davis destrói o “estereótipo habitual da história econômica do século XX”, de que a “Ásia ficou paralisada enquanto a Revolução Industrial impulsionou a Grã-Bretanha, seguida dos Estados Unidos e por fim do resto da Europa Ocidental, a toda velocidade, pelo caminho do crescimento do PIB” (p. 304). Em 1850, a área do que viria mais tarde ser chamado de “Terceiro Mundo” produzia 65% do PIB global. Tal cifra caiu para 38% em 1900 e para 22% em 1960. Na verdade, a maior parte concentrada em dois grandes países: Índia e China. As razões para as alterações nas relações entre a Europa e o resto do mundo não foi apenas a dinamização da economia européia interna, mas o fato de que a sua indústria estava conectada duplamente com as colônias que forneciam matérias-primas e constituíam mercados consumidores dos produtos manufaturados. No quarto final do século XIX, a Índia passou para o primeiro lugar entre os países consumidores de produtos britânicos.

“As expropriações da riqueza da Índia e da China” – escreve Davis – “não foram essenciais para a hegemonia britânica, mas foram absolutamente cruciais para adiar o seu declínio” (p. 306). Em 1910, a Ásia gerava 73% do crédito comercial britânico. Além da Inglaterra, apenas a Holanda dependia basicamente da Ásia para obter seus lucros comerciais e seus tributos fiscais. O centro de circulação de bens e capitais já se tornara há muito o sistema atlântico baseado no comércio de escravos e nas plantações do Novo Mundo, onde despontava o novo Império hegemônico: os Estados Unidos.

Por mais que os estatutos políticos e jurídicos variassem, algumas colônias diretas, outras indiretas e outros ainda países formalmente independentes, o sistema industrial europeu estava integrado ao sistema colonial. Assim fora, desde a origem das colônias e do sistema colonial do mercantilismo. Com a indústria, as colônias passaram a ser mais importantes como consumidoras do que simplesmente fornecedoras de matérias-primas. O domínio comercial acompanhou-se necessariamente, da força militar. Poder e riqueza se associaram para construir um sistema interestados que garantisse a dominação imperial européia, com seus distintos Estados concorrendo entre si mas usufruindo das regras do sistema.

O significado histórico da dominação ocidental na Ásia, África e América Latina e o cálculo preciso do seu custo humano ainda não era acessível, entretanto, aos contemporâneos, devido à falta de informações empíricas como de estimativas numéricas. Tal situação permitiu que a dominação ocidental da Ásia fosse apresentada pelos teóricos e apologistas do capitalismo imperial como uma “obra civilizatória” e a vitória militar que submeteu a China e a Índia como resultado da superioridade europeia. O conceito teórico do imperialismo começou a ser definido por autores contemporâneos do auge desse sistema político-econômico-militar, na passagem do século XIX para o XX. John Hobson, com *Imperialism*, em 1902, e Lênin, com *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, em 1916, apresentaram a visão crítica de um sistema global que se apoiava no aumento da pobreza massiva na periferia colonial para garantir uma concentração de excedentes econômicos sem igual nas metrópoles imperiais. As obras, inspiradas em Marx, que identificaram no antigo sistema colonial a contrapartida periférica complementar e necessária para a acumulação capitalista primitiva no centro europeu do sistema, mostraram como o tráfico de escravos e o comércio mercantilista dos séculos XVI ao XVIII permitiram uma enorme extração de renda da América, da Ásia e da África em direção à Europa.

O período do novo colonialismo do século XIX foi a contrapartida complementar e necessária da era dos monopólios industriais na Europa. Desde a Revolução Industrial que os mercados exteriores garantiram tanto a matéria-prima, lã e algodão, como o mercado consumidor dos produtos têxteis da indústria britânica. Mas foi sobretudo pela via diretamente militar que o Ocidente impôs seu domínio e esmagou as revoltas anticoloniais. As duas guerras do ópio na China (1839-42 e 1856-58) e a repressão às rebeliões chinesas Taiping e Boxer e ao Motim dos Sipaios, na Índia, foram as piores batalhas de uma intervenção militar contínua. Muitas rebeliões antiocidentais de massas no Oriente da segunda metade do século XIX ocorreram, sobretudo na China, nas regiões assoladas pelos flagelos da fome. A rebelião dos Boxers, identificou nos ocidentais os responsáveis pela fome por terem perturbado o equilíbrio e a harmonia (*feng shui*) da Terra. Ao mesmo tempo que Pequim, em 1900, caía em mãos da Força Expedicionária Internacional formada por oito potências estrangeiras, sofrendo um terrível massacre da sua população civil, 122 mil soldados norte-americanos desembarcavam nas Filipinas, onde sob efeito da guerra, da fome e das doenças, morreram um milhão de pessoas numa população de sete milhões. No período vitoriano houve, ao menos, 75 intervenções militares ocidentais na Ásia. A dominação ocidental, especialmente inglesa, da Ásia, provocou também a exportação dos cules, milhões de trabalhadores da Índia, China, Malásia e Java foram enviados como semi-escravos para substituir a mão de obra negra nas plantações e construção de ferrovias nas Américas.

A Índia foi utilizada pelos britânicos como uma base para a exploração da China, cujo comércio, ao final do XIX, era controlado em 80% por ingleses. Através da Índia, os britânicos vendiam ópio aos chineses, chegaram a 87 mil caixas em 1879, na “maior transação de drogas da história mundial” (p. 310) e assim financiavam sua expansão na Ásia. Outro recurso importante para a desvalorização das moedas correntes na Índia e China foi, no final da década de 1870, o fim do padrão bimetálico (ouro e prata), que levou a uma desvalorização da prata, a qual estava vinculada a moeda indiana, a rúpia, e a poupança popular, tradicionalmente investida em objetos de prata.

Uma parte do livro é dedicada à história da meteorologia e da identificação do fenômeno do aquecimento das águas do Pacífico, chamado de El Niño, assim como o fenômeno oposto, de esfriamento das águas, chamado de La Niña. As pesquisas em climatologia puderam identificar precisamente as flutuações na temperatura dos oceanos e suas consequências nos ciclos meteorológicos numa escala de muitas décadas até os dias atuais, quando o aquecimento global antropogênico aumenta os desequilíbrios climáticos e a oscilação da temperatura dos oceanos.

As fomes do período contemporâneo foram atribuídas à fenômenos climáticos incontroláveis e à própria responsabilidade dos nativos, supostamente incapazes de garantir alimentação para si próprios. A obra de Mike Davis vem mostrar as causas políticas e econômicas desses desastres que consolidaram o poder dos Impérios europeus e fadaram os povos asiáticos a uma miséria crônica e estrutural.

As reações por meio de insurreições e levantes, especialmente os de tipo messiânico, foram generalizadas. Desde os boxers na China, passando pelos rebeldes filipinos, até chegar ao movimento de Canudos e à pregação do Padre Cícero no sertão do Ceará, encontram-se as mesmas causas estruturais: desagregação das comunidades tradicionais devido a integração de suas economias de subsistência aos ditames do mercado mundial, que impôs a grande plantação de agro-exportação (no caso do Ceará o algodão foi o responsável pelo desmatamento e desagregação da estrutura de subsistência tradicional). Nenhuma destas rebeliões, contudo, pôde ser vitoriosa diante dos exércitos europeus e mercenários, armados de fuzis de repetição e de meios ágeis de transporte.

Uma questão que permanece pouco aprofundada no livro é a do uso, desde o título, sem um maior questionamento, do conceito de Terceiro Mundo, elaborado por Alfred Sauvy, em 1952, e que não diferencia as regiões das antigas civilizações asiáticas, que só vieram a ser colonizadas diretamente a partir do século XIX, das regiões americanas onde transplantou-se um sistema de produção e uma população exógena para constituir um fenômeno completamente novo na História, além da África, com suas condições peculiares. Sem deixar de abranger a América e a África, Mike Davis dedica-se, contudo, fundamentalmente aos casos da Índia e da China.

A análise de Mike Davis abrange a história, a climatologia e a teoria social para elaborar uma ecologia política da fome que serve de instrumento para a compreensão da dinâmica de estabelecimento da hegemonia dos impérios contemporâneos, especialmente a Inglaterra e os Estados Unidos, diante da maioria do planeta. É uma obra indispensável para a compreensão das desigualdades do mundo atual e de sua gênese histórica, baseadas não em fenômenos “naturais” mas numa deliberada política imperial de dominação, opressão e genocídio organizado.

Michael Löwy.

A teoria da revolução no jovem Marx. São Paulo: Vozes, 2002

MARCELO GUIMARÃES LIMA

PROFESSOR VISITANTE DA NORTHWESTERN UNIVERSITY (ESTADOS UNIDOS)

Esta é a primeira edição brasileira de uma obra originalmente publicada na França em 1970. O livro de Löwy examina o desenvolvimento do pensamento do jovem Marx e sua evolução do radicalismo burguês “jovem hegeliano” ao socialismo revolucionário em formação no século XIX. Em particular, o autor sublinha a dimensão político-revolucionária do pensamento de Marx como o eixo diretor para a compreensão da formação do marxismo como teoria da sociedade e da história.

Numa espécie de diálogo implícito com a obra contemporânea de Althusser, particularmente a tese da “ruptura epistemológica” entre o jovem Marx e o Marx da maturidade (ruptura que, para Althusser, a partir da *Ideologia Alemã*, descobre um novo campo teórico e funda a “cientificidade” do marxismo por oposição ao caráter ideológico da filosofia “humanista”, neo-hegeliana, feurbachiana, radical-burguesa, que caracteriza o contexto teórico-histórico da obra juvenil de Marx), Löwy sublinha a *ruptura política* de Marx com o que poderíamos denominar “social-liberalismo” alemão. Ruptura que se verifica a partir da experiência política do proletariado europeu e, particularmente, do proletariado alemão, como momento “inaugural” do marxismo. A “teoria da revolução” seria, neste sentido, não um aspecto da teoria marxista como teoria geral da sociedade e da história, mas o seu próprio cerne.

A crítica metodológica de Marx ao jovem hegelianismo é, de modo imediato, crítica política dos limites ideológicos e, portanto, práticos, do radicalismo liberal: o horizonte e condição de possibilidade da crítica de Marx é o movimento operário tal como se apresenta, se desenvolve e se radicaliza como promessa e prática revolucionária de transformação da sociedade europeia de seu tempo. O marxismo surge, deste modo, como expressão teórica da autonomia político-revolucionária da classe operária: autonomia que se desenvolve a partir da iniciativa revolucionária do proletariado contra a exploração capitalista e as estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas do capitalismo europeu no século XIX. O marxismo é a teoria da transformação histórica em curso e da possibilidade de superação do capitalismo no interior do próprio movimento de autoformação e transformação da sociedade capitalista. Esta engendra a sua negação no proletariado, sem o qual não haveria capitalismo e a partir do qual, para Marx, se concretiza a possibilidade real de superação do capitalismo.

Para Löwy, a explicação da gênese teórica do marxismo no movimento de superação do neo-hegelianismo se realiza com a “aplicação do marxismo a Marx”, ou seja, uma visão dialética da dialética: trata-se de compreender a unidade da teoria e da prática como mediação entre ação revolucionária e teoria revolucionária. Podemos dizer que o marxismo inaugura uma nova prática do conhecimento ao desvendar uma nova prática histórica em formação: o socialismo como luta da classe operária para a sua auto-abolição histórica, a abolição da sociedade de classes. Neste sentido, uma leitura puramente “epistemológica” da formação da teoria marxista corre o risco de cindir a unidade dialética entre revolução teórica e prática revolucionária em Marx. Claro está que, no que diz respeito ao marxismo, a leitura “epistemológica” não deixa de ser uma leitura política, uma leitura política *outra*.

Examinando o desenvolvimento teórico-político do jovem Marx, Löwy sublinha a experiência da revolta dos tecelões da Silésia em 1844, que Marx analisa, no artigo *Glossas marginais do artigo “O rei da Prússia e a reforma social, por um Prussiano”* contra Ruge, como o momento em que a prática revolucionária em formação do proletariado alemão confirma e mesmo desvenda, para Marx, uma nova perspectiva sobre as questões filosófico-políticas que o ocupam desde o início de sua formação intelectual. A ruptura final, definitiva, de Marx com a ideologia burguesa tem como fonte o próprio “movimento da realidade”, a história em curso, que, poderíamos dizer, “irrompe” no plano da teoria dissolvendo as estruturas vigentes, as ilusões e os erros da filosofia. Claro está que tal irrupção só é possível para a teoria que se abre de modo crítico ao real, que compreende dialeticamente seu enraizamento na história que se faz, que tem a si mesma como objeto crítico (a teoria como *momento específico* da realidade que é seu objeto), a teoria que é capaz de se autocriticar. Löwy observa a “disponibi-

lidade” (termo seu) ideológica (poderíamos dizer mesmo, “existencial”) de Marx, o intelectual radicalizado e “desenraizado”, “marginalizado”, na situação da “miséria político-teórica alemã”, que se manifesta nas sucessivas rupturas com o liberalismo radical e a “esquerda” jovem hegeliana nos anos 1840. São etapas deste percurso teórico a partir das *Glossas, A Sagrada Família* (a crítica materialista ao idealismo jovem hegeliano), *As teses sobre Feuerbach* (a crítica dialética ao materialismo naturalista) e a *Ideologia Alemã* (o esboço inicial da teoria marxista da história). Neste sentido, poderíamos caracterizar a teoria crítica de Marx em sua gênese como “teoria aberta”, autocrítica, em contraste com a clausura ideológica das diferentes versões do “social-liberalismo” contemporâneo.

Sublinhar a centralidade da dimensão política da “teoria da revolução” para a compreensão da gênese e da estrutura mesma da teoria marxista é a contribuição do presente volume. Faltaria, talvez, ao livro de Löwy, por vezes, uma análise conceitual mais aprofundada da própria noção de revolução em Marx, seu movimento e dimensões próprias. A narrativa histórica do desenvolvimento do pensamento de Marx se baseia aqui num modelo de historiografia intelectual em alguns aspectos próximo, por exemplo, dos trabalhos de Maximilien Rubel. Malgrado a intenção dialética do autor, um certo tipo de “contextualização”, um delineamento mais ou menos genérico ou rápido de uma dada situação histórica, se sobrepõe, algumas vezes, ao exame mais detalhado da estrutura conceitual de seu objeto como exposição conceitual de um conteúdo histórico imanente: como o próprio movimento do pensamento. Ao leitor fica a impressão que, em determinados momentos, a escolha pela inclusão, ao favorecer a extensão do relato, o faz em detrimento da intensidade da análise, o que confere ao volume um relativo valor de introdução didática ao estudo do marxismo, por um lado, e, por outro, um estilo de desenvolvimento demasiado “escolar”.

Passados 30 anos da publicação original do presente volume, assistimos na atualidade, com triunfo da contra-revolução capitalista em escala global sob a liderança dos Estados Unidos, a crise do “socialismo realmente existente” que já não mais existe, a crise do marxismo e do socialismo revolucionário. Ao mesmo tempo, a globalização capitalista gera, em nova escala, novos desafios, contradições novas que se acumulam às antigas contradições do sistema de mercantilização total da vida humana. Estas recolocam, em bases ampliadas, universais, a questão da transformação radical, revolucionária, da sociedade como *resolução* possível (talvez a única *resolução* de fato) da crise capitalista “em permanência”, ou do capitalismo ele mesmo como sistema de crises ampliadas e renovadas.

Examinar a teoria da revolução em Marx pode nos ajudar a pensar as formas possíveis da revolução no século XXI. O que requer, no entanto, uma “nova” radicalidade: a

crítica e a autocrítica implacável, a abertura radical ao real em transformação. Contra a corrente, em profundidade, a revolução nova se constrói para aflorar, como no passado, dialeticamente, como ruptura histórica. Para uma consciência que se quer radicalmente histórica, reconhecer o ato de criação histórica em curso no presente será reconhecer, como no exemplo do jovem Marx, as formas novas da revolução no novo século, como algo “sem precedentes”.

RESENHA **Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.)**
História do marxismo no Brasil (v. 5).
Partidos e organizações dos anos 20 aos 60.
Campinas: Unicamp, 2002

JEAN RODRIGUES SALES

DOUTORANDO EM HISTÓRIA PELO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

Chega ao público o volume V da *História do marxismo no Brasil*, fruto de um esforço coletivo, que teve o seu ponto de partida ainda no âmbito do Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) por volta de 1986/1987. Antes de tudo, os organizadores têm o mérito de conseguirem levar adiante um projeto dessa envergadura mesmo com todas as dificuldades que lhe são intrínsecas.

Até o momento, a coleção havia tratado de dois grandes eixos temáticos: o primeiro discutiu o impacto das revoluções, das idéias de Marx, Engels e outros teóricos sobre os marxistas brasileiros; o segundo dedicou-se às interpretações dos marxistas sobre a sociedade brasileira. O atual volume abre o terceiro eixo, que tratará das organizações e da ação política dos marxistas no Brasil.

É de se destacar a importância da publicação do livro para o estudo das esquerdas comunistas no país. Se hoje já não se pode dizer que existam poucos estudos nesta área, tampouco podemos afirmar que as questões substantivas da história das esquerdas no país estejam respondidas satisfatoriamente. Assim, ao se colocar pesquisadores especia-

listas deste tema para tratar das organizações trotskistas, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) e da Ação Popular (AP), não poderia resultar em outra coisa senão em uma importante contribuição para o debate e o estudo do tema. Podemos não concordar com esta ou aquela abordagem, e perceber mesmo diferenças qualitativas entre as contribuições para o livro, o que não chega a ser novidade em se tratando de obras coletivas. Mas não são essas diferenças e questionamentos que pretendo apresentar nesta resenha, o que cada leitor poderá fazer. O propósito aqui é destacar alguns temas e discussões presentes no livro, que considero importantes para os pesquisadores da história das esquerdas comunistas brasileiras e para aqueles que se interessam pela história recente do país.

Os dois capítulos que abrem o volume tratam do PCB, abrangendo o período de 1920 a 1964. É bom que se diga que esta organização, hegemônica na esquerda brasileira até meados dos anos sessenta, provavelmente foi a mais estudada na história do comunismo brasileiro. Apesar disso, essa ampla bibliografia, por motivos que não cabem discutir nessa resenha, ainda deixa a desejar. Os artigos presentes neste livro servem exatamente para retomar criticamente essa extensa bibliografia e (re)discutir temas importantes da história do partido.

Particularmente o texto de Daniel Aarão Reis Filho, tratando de um período crucial da história do PCB, levanta discussões importantes e é, certamente, um dos melhores já escritos sobre o assunto. O autor consegue fazer uma análise da trajetória do partido, inserindo-a na história mais ampla do país, o que, muitas vezes, é prometido pelos analistas, mas nem sempre cumprido. Além disso, é instigante e polêmica a abordagem de que o PCB, entre 1945 e 1964, atuava, juntamente com outras forças políticas, em torno de um programa “nacional-estatista”, representando uma espécie de “ala esquerda do trabalhismo” e lutando contra uma perspectiva “internacionalista-liberal” da sociedade brasileira.

Uma das conclusões do autor, indo contra a maioria das interpretações correntes, aponta para a necessidade de se analisar a crise na qual o PCB entraria na segunda metade dos anos 1960, e da qual nunca se recuperaria, juntamente com a derrota do projeto nacional-estatista, sustentado pelo PCB e outros setores sociais, todos derrotados em 1964. Como diz o autor, quem quiser atribuir ao partido a responsabilidade pela derrota deste projeto, “terá encontrado um excelente bode expiatório, mas não uma boa explicação”.

Outro tema de grande relevância, presente no livro, é o das organizações trotskistas brasileiras. Uma importante contribuição por colocar em perspectiva essa vertente do comunismo brasileiro que, como lembram os autores, foi praticamente excluída

nas apreciações sobre a história da esquerda no Brasil.¹ O fato de não terem tido expressão numérica, ou mesmo contribuído em intervenções importantes nos movimentos sociais, não pode servir de justificativa para a sua ausência na história dos comunistas brasileiros. Afinal, essa corrente, desde os anos trinta, sempre teve uma notável capacidade de interpretação da realidade brasileira e das lutas políticas no país, através de intelectuais e militantes como Mário Pedrosa e Lívio Xavier.

As formulações teóricas dos trotskistas exerceram um papel importante de crítica à estratégia política do PCB, obrigando-o, muitas vezes, a justificar as suas opções políticas diante do campo de interlocução comunista. Além de um contraponto às formulações teóricas do PCB, as idéias trotskistas tiveram uma importante influência entre as correntes da chamada Nova Esquerda brasileira, o que pode ser visto no artigo sobre a Polop neste mesmo volume. Esta organização, que foi estimulada por diversas correntes marxistas, teve, no trotskismo, uma de suas principais referências.

Ainda sobre a influência do trotskismo entre os marxistas brasileiros, deve-se lembrar que ela se estende, de forma acentuada, até pelo menos os anos 1980, quando tendências importantes, que disputavam espaço político dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), eram tributárias das idéias de Leon Trotsky e de outras correntes da esquerda brasileira, as quais, ainda hoje, reivindicam o legado teórico do revolucionário russo.

Mais uma contribuição importante desta *História do marxismo* são os capítulos sobre as organizações da Nova Esquerda brasileira. Essa área de estudos pedia, há algum tempo, publicações que ampliassem o debate sobre as organizações revolucionárias brasileiras, uma vez que, até o momento, as principais referências, sobre a questão, continuam sendo trabalhos publicados na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, preocupados com o entendimento mais amplo do projeto de luta armada no Brasil nos anos 1960, não tendo, assim, se aprofundado em discussões específicas sobre os diversos grupos que compunham a Nova Esquerda.² Mesmo que, é bom que se diga, nos últimos anos, foram feitas algumas pesquisas de mestrado e doutorado, infelizmente não publicadas em livro, específicas sobre organizações como o Partido Comunista do

¹ Murilo Leal Pereira Neto. *Outras histórias. Contribuição à história do trotskismo no Brasil – 1952/1966: o caso do POR (Partido Operário Revolucionário)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/Departamento de História, 1997; em sua dissertação de mestrado, já apontara com clareza como importantes autores da história da esquerda brasileira tentaram justificar a opção de não discutirem a presença da vertente trotskista do comunismo brasileiro.

² Estou me referindo aos livros de Jacob Gorender. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987; Daniel Aarão Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989; e Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), entre outras. Nesse caminho, os capítulos deste volume, sobre a Polop e sobre a AP, devem possibilitar a abertura de discussões profícuas nesse campo de estudos.

A Polop, fundada em 1961, foi uma das principais organizações da Nova Esquerda brasileira, pelo menos no que diz respeito ao questionamento das teses do PCB. Ela teve uma grande capacidade de influenciar o debate entre as novas organizações comunistas que surgiam, na medida em que foi a primeira organização a defender, claramente, um projeto socialista para a revolução brasileira, fazendo duras críticas à estratégia de revolução por etapas do “Partidão”. Além disso, a trajetória da Polop, com as divergências e crise ideológica que sofreria após o golpe civil-militar de 1964, até o seu desaparecimento em 1967, é paradigmática das organizações da Nova Esquerda. A Polop não resistiu ao debate sobre o caminho das armas contra a ditadura militar e desgastou as suas forças na tentativa de conciliar um projeto de revolução inspirado pela revolução russa, através da insurreição das massas, com a proposta da guerrilha rural em voga nos anos 1960.

O capítulo sobre a Ação Popular, escrito por Marcelo Ridenti, talvez o mais importante já publicado sobre a organização, resgata a trajetória singular desse grupo, que tem suas raízes no interior da Igreja católica nos anos 1950, até ela se incorporar ao PC do B em 1973. A chave para o entendimento dessa trajetória, o autor foi buscar no polêmico conceito de *romantismo revolucionário*,³ através do qual, segundo Ridenti, seria possível compreender a experiência da AP. Esta, de origem cristã, chega ao marxismo através de influência maoísta, após ter tido uma ligeira aproximação da experiência revolucionária cubana, até a maior parte de seus militantes terem se incorporado ao PC do B, um dos representantes da ortodoxia comunista no país.

Por fim, a presença do capítulo sobre o PSB amplia o conceito de esquerda marxista, que, até o momento, nas publicações sobre o assunto, está excessivamente restrito aos partidos comunistas, que aparecem como guardiões de uma espécie de verdadeiro marxismo, acabando por deixar de lado organizações inspiradas no pensamento de Marx, mas que não se restringe a ele, caso típico do PSB. Com esse procedimento, corre-se o risco de não se compreender adequadamente a complexa trajetória do marxismo em nosso país.

³ O conceito de *romantismo revolucionário* foi elaborado por Michael Löwy e Robertt Sayre. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995; e significa uma crítica da modernidade em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista e pré-moderno). Sobre o uso que Marcelo Ridenti faz deste conceito, ver Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 23-33.

R E S E N H A

Ruy Fausto.
***Marx: lógica e política – Investigações para
 uma reconstituição do sentido da dialética (Tomo III).***
São Paulo: Editora 34, 2002

HECTOR BENOIT

PROFESSOR DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Este novo tomo de *Marx: Lógica e Política*, publicado em 2002, dá seqüência ao ambicioso projeto de Ruy Fausto: a “reconstituição do sentido da dialética”. O projeto já é desenvolvido há cerca de trinta anos. A primeira versão de alguns textos data de 1973,¹ o primeiro livro da série foi publicado em 1983, o segundo em 1987, e o autor já promete, agora, neste terceiro tomo, a publicação futura dos tomos IV e V. Durante estes trinta anos, Ruy Fausto foi criando, a partir da retomada, sobretudo, de termos hegelianos aplicados à obra de Marx, um verdadeiro universo conceitual “faustiano”. Cada vez com mais freqüência, para esclarecer os seus conceitos, o autor nos remete a suas obras anteriores, citando-as quase a cada página e as pressupondo como condição indispensável para avançarmos na compreensão do seu texto, o qual apresenta-se, assim, diga-se de passagem, cada vez mais hermético. Colaboram também nesse hermetismo crescente, as recorrências constantes que faz o autor a toda a história da Filosofia: Husserl, idealismo alemão, Spinoza, Maquiavel, Frege, Russell, Aristóteles, Platão e outros. Toda esta erudição, observe-se, não é sempre muito segura: por exemplo, as freqüentes citações em grego clássico (aliás, desnecessárias) contêm diversos erros² (esperamos que de revisão). Mas, sem dúvida, o autor continua a ser um dos maiores conhecedores contemporâneos de Marx e a leitura de seus textos permite refletir seriamente sobre muitos problemas de Marx e do marxismo.

Este tomo III, como os outros, reúne ensaios soltos que não se concatenam de forma mais cerrada. O primeiro ensaio trata da apresentação marxista da história em diversos momentos da obra de Marx, assim ordenados: 1. *Manifesto e Ideologia Alemã*; 2. *Grundrisse e O capital*; 3. *Manuscritos de 1844*. Como sempre, o autor apresenta análises localizadas brilhantes. Ressalto, neste ensaio, os desenvolvimentos a respei-

¹ Como, por exemplo, “Dialética marxista, historicismo, anti-historicismo”, capítulo III do tomo III.

² Na p. 114, por exemplo, dois erros são cometidos na ortografia do grego.

to dos *Grundrisse*, em que Fausto comenta o privilégio que Marx teria dado neste modelo à “revolução científica”, enquanto que, nos *Manuscritos*, a ênfase teria sido dada a uma revolução estética e, no *Manifesto* e *Ideologia*, a uma revolução política. Aqui já aparecem, no entanto, certos problemas teóricos: qual seria o critério do autor para começar pelo *Manifesto* e não pela *Ideologia Alemã*? E ainda: por que os *Manuscritos* de 1844 são estudados como terceiro momento? Os modelos não possuem qualquer maior relação? Como explicar, então, a longa citação que Marx faz do *Manifesto* ao final do capítulo XXIV de *O capital*? Na verdade, Ruy Fausto justapõe três “modelos” da apresentação da história em Marx sem nenhuma preocupação com a gênese e com a continuidade possível entre esses modelos, os modelos também parecem não ter qualquer relação com a história do movimento operário ou com o tempo vivido de Marx. Como ele insistirá no terceiro ensaio, e como sustentara já em outros tomos – estranhamente para quem conhece tanto a Marx – o tempo do conceito nada teria a ver com a história e, sobretudo, com o tempo vivido do autor.

O segundo ensaio deste tomo discorre sobre o conceito de capital enquanto idéia de uma lógica dialética. Aqui, como explica o autor, não se trata de formalizar a lógica dialética, mas sim, a tentativa da simbolização de alguns de seus aspectos. Para isto, ressalta o interesse que teria a obra de Frege para a lógica dialética e faz incursões até pela obra de Russell, chegando à conclusão de que o conceito de capital se apresenta como uma espécie de “auto-função interproposicional” (p. 214). Já o terceiro ensaio discute as leituras historicistas e anti-historicistas de Marx. Retorna às suas críticas contra o historicismo do jovem Lukács e de Gramsci, assim como, as críticas ao anti-historicismo althusseriano. Curiosamente, neste texto, o autor surpreende o leitor, ao se apoiar, durante a sua argumentação, em citações de Lênin e Trotsky. Tanto é assim que ele próprio é obrigado a se explicar: a primeira versão do texto é de 1973, com trechos introduzidos em 1989 e “não enfrenta o problema do bolchevismo” (p. 229). Hoje, o autor confessa que vê o bolchevismo “como uma tendência vanguardista e autoritária, que teve um papel globalmente nefasto na história do movimento socialista” (ibidem). E acrescenta: “Peço ao leitor que, ao ler o que escrevo sobre Lênin e Trotsky, não perca a perspectiva que é hoje a minha, a ser encontrada nos meus textos mais recentes e aqui mesmo” (ibidem). Quanto ao quarto ensaio, este discute a dialética de *O capital* como prolegômenos para a relação entre ética e marxismo. Todos estes ensaios são ainda antecedidos por uma longa introdução (p. 11-90) intitulada “Hoje”, que o autor foi obrigado a escrever, conforme as suas próprias palavras, diante das “mudanças que ocorreram no mundo dos anos 80 ao final do milênio, as mutações que tiveram lugar no cenário político e intelectual brasileiro, e *last but not least*, a ruptura do 11 de setembro de 2001” (p. 11). O chamado “cenário político brasileiro”

analisado, na verdade, é bastante restrito: resume-se em criticar a atitude não-filosófica do último Paulo Arantes, o amoralismo de Gianotti e a inconseqüência das propostas de Robert Kurz. As críticas, sobretudo, a este último e ao seu grupo são bastante consistentes. O mesmo não se pode dizer das teorizações que faz a partir do 11 de setembro: desembocam num duvidoso elogio ao caráter progressista do “capitalismo democrático”. Depois, sobretudo, da invasão facista do Iraque pelos “democráticos” Estados Unidos e Inglaterra, as suas teorizações tornam-se obsoletas e quase cômicas. Como é possível que tanta sofisticação teórica chegue a conclusões práticas tão banais e tão rapidamente superadas?

Mas, seja como for, como já podemos observar, os temas deste tomo são amplamente variados. Talvez até não se compreenda bem como esta introdução se concatenaria com os diversos ensaios teóricos que se seguem, alguns escritos muitos anos antes. Porém, explica-nos o próprio Fausto que esta apresentação introdutória tão longa é uma antecipação do que “só deveria vir no último volume da série” (p. 11).

Como se vê, assim, apesar da dispersão e variedade dos temas deste tomo, como dos dois anteriores (ainda que em menor escala), o autor pretende, de fato, estar construindo uma espécie de sistema. Tanto é assim que, ao final deste tomo III, nos apresenta um novo ordenamento de sua obra que se intitula “Sumário sistemático parcial (Tomos I a III) de *Marx: lógica e política, investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*”. Introduzindo este sumário, Fausto reafirma que a obra comportará cinco tomos e acrescenta: “O conjunto poderia também – e melhor – ser apresentado em forma sistemática, e nesse caso conviria fazer do sub-título o título, e vice-versa. Indico em seguida as seções – com os textos até aqui publicados – em que, nessa forma, a obra se articularia (seria preciso deixar claros indicando que faltam os textos dos tomos IV e V)” (p. 317). Agora, portanto, nesta nova forma, o subtítulo transforma-se em título e assim, o “sistema” passa a se chamar: “Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética (Marx: lógica e política)” (p. 317). Para darmos alguns exemplos deste sumário, a introdução geral da forma sistemática é do tomo I, que ele designa “MLPI”³. A primeira parte é composta da seguinte forma:

- “A) Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo, historicismo, anti-historicismo
 1. ‘Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo’ (MPLI)
 1a. ‘Althusserismo e Antropologismo’ (MPLI)
 2. ‘Dialética marxista, historicismo, anti-historicismo’ (MPLIII)”

³ MLPI = tomo I, MLP II = II, MLP III = III.

E, assim por diante, o sumário sistemático vai aproximando os textos que foram apresentados, originalmente, dispersos. A última parte, enumerada como “G”, é intitulada “Conclusão, postfácios, crítica”. Por enquanto, desta parte G parece que somente foi composto o primeiro item, justamente, o (lamentável) ensaio intitulado “Hoje” e publicado neste tomo III, como introdução.

Pensamos que qualquer autor tem o direito (e talvez, o dever) de tentar reconstruir a apresentação de sua obra e muitos grandes autores fizeram isso procurando determinar como a posteridade deveria ler a sua própria obra. No entanto, um dos problemas inevitáveis que todos enfrentam nessa tentativa é exatamente o cruzamento, às vezes conflitante, das temporalidades que envolvem uma obra. Se, de fato, nunca coincidem, de forma absoluta, as temporalidades que envolvem uma obra (o tempo histórico, o tempo vivido de um autor, o tempo da produção de uma obra, o tempo lógico-conceitual de uma obra e o tempo de sua apresentação), essa não-coincidência carrega em si, às vezes, contradições devastadoras que impedem qualquer tentativa de maior sistematização. Não seria este o caso da obra e do próprio projeto de Ruy Fausto? Seria possível manter esse projeto de trinta anos e sistematizar a apresentação dos ensaios produzidos em temporalidades vividas totalmente diferentes? O tempo vivido nada tem a ver com tempo do conceito, como pensa o autor?⁴ Não acreditamos nisto, particularmente, quando se trata de uma obra a respeito de Marx.

Ruy Fausto, como marxista, iniciou o seu projeto há cerca de trinta anos atrás, começou a deixar de ser marxista há cerca de vinte anos (como diz ele na p. 11 do tomo III) e hoje – como fica claro na introdução “Hoje” – é radicalmente antimarxista.⁵ Ora, se o Ruy Fausto de hoje considera o bolchevismo algo nefasto e o de 1973 (a pelo menos 1986) citava Lênin e Trotsky, seria possível salvar os textos daquela época, sem cair num hibridismo político e, também, conceitual? Parece-nos muito difícil! Da mesma forma, não acreditamos que o Ruy Fausto de 1973 tentaria reconstruir a dialética se

⁴ Na p. 255, Ruy Fausto escreve de forma grifada: “O saber marxista é ao mesmo tempo aquele que está mais rigorosamente imerso na história concreta, e o que toma o máximo de distância em relação a esta história enquanto história vivida, e, por paradoxal que isto possa parecer, também enquanto praxis”.

⁵ Não se pode duvidar do seu “antimarxismo” quando defende veementemente o capitalismo e, sobretudo, “o capitalismo democrático” diante daquelas que seriam as formas “piores”. Assim, escreve: “A idéia de que o capitalismo (e mais ainda o capitalismo democrático) seria o mal absoluto – isso resume todo o meu argumento – tem as piores conseqüências: o capitalismo é, sob muitos aspectos, um “mal”, mas, se ele for visto como a forma absoluta do mal, não veremos o mal absoluto, ou pelo menos tudo aquilo que é pior do que o capitalismo democrático” (p. 71). Cita a seguir “o fenômeno hitleriano e também o burocrático, ou as deformações da esquerda em suas várias formas” (ibidem).

apoiando em aspectos da lógica formal, como o faz aquele de 1996.⁶ Mas, acima de tudo, como o texto intitulado “Hoje”, aqui publicado, elogiando o “capitalismo democrático”, poderá concluir a apresentação sistemática de uma obra que, há trinta anos atrás, teve uma perspectiva revolucionária? Nenhuma dialética e nenhuma “interversão” (para usar uma das palavras “faustianas”), pensamos, poderá salvar tal tentativa de apresentação sistemática.

⁶ Data do segundo ensaio deste tomo III.

3º COLÓQUIO MARX E ENGELS

O Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, está organizando o 3º Colóquio Marx e Engels, que ocorrerá na semana de 3 a 7 de novembro de 2003.

Informações:

Cemarx: (19) 3788-1639 - www.unicamp.br/cemarx/cemarx@unicamp.br

Secretaria de Eventos do IFCH-Unicamp: (19) 3788-1601
seceven@unicamp.br

Já saiu o número 16 da revista **Crítica Marxista**

Com artigos de:
Décio Saes, François Chesnais e Claude Serfati, Reinaldo A. Carcanholo, Isabel Monal.

Debate sobre o Fórum Social Mundial

Para adquirir a revista consulte o site:
www.unicamp.br/cemarx
Ou fale com Boitempo Editorial, fone: (11) 3875-7285

Normas para os autores

1. A revista *Outubro* é “uma revista de intervenção, aberta à colaboração de militantes e intelectuais comprometidos com a luta pelo socialismo, atenta à unidade indissolúvel entre teoria e prática, audaz e inovadora no confronto com as novas problemáticas colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo e pela luta de classes, informada pela tradição clássica do pensamento socialista, despidida de todo dogmatismo” (Manifesto. *Outubro*, n. 1, 1998).
2. A revista está aberta a colaborações, mas se reserva o direito de publicar ou não os textos enviados espontaneamente à redação. Lembramos, ainda, que todos os artigos são submetidos a parecer.
3. Os artigos poderão ser enviados em disquete e acompanhados de duas cópias em papel ou através de e-mail em arquivo anexado em formato Word. Os textos enviados deverão ser inéditos e ter no máximo 30 mil caracteres, contando notas de rodapé e espaços em branco. Os originais deverão conter título, nome do autor e filiação institucional (universidade, sindicato, etc.).
4. Referências bibliográficas completas deverão constar em nota de rodapé (**e não ao final do texto**), obedecendo à seguinte formatação:
 - 4.1. Livros: Nome Sobrenome. *Título em itálico*. Cidade: Editora, ano de publicação, página citada. Ex.: François Chesnais. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 123.
 - 4.2. Capítulo de livros: Nome Sobrenome. Título do capítulo. In: Nome Sobrenome (org.). *Título do livro em itálico*. Cidade: Editora, ano de publicação, página citada. Ex.: Pierre Broué. O fim da Segunda Guerra e a contenção da revolução. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1995.
 - 4.3. Artigo de periódico: Nome Sobrenome. Título do artigo. *Nome da revista em itálico*, v. (volume), n. (número), mês e ano de publicação, página citada. Ex.: Teresa Cristófani Barreto; Pablo Gianera; Daniel Samoilovich. Virgilio Piñera. Cronologia. *Revista USP*, n. 45, 2000, p. 149.
5. As citações de outros textos deverão estar entre aspas no corpo principal do texto e a referência bibliográfica correspondente deve ser colocada em nota de rodapé.



Impresso por
Xaná VM Editora e Gráfica Ltda.
Rua Loefgreen, 943 - V. Mariana - SP - CEP.: 04040-030
Fone: (11) 5081-3939 Fax: (11) 5574-7017
www.xanaeditora.com.br / e-mail: vendas@xanaeditora.com.br